

Editorial científico de Raisa Ostapenko, vencedora do Prémio Roger W. Smith do Instituto Zoryan em 2023

24 de novembro de 2023

Civis barricados em caves e salas seguras; colunas de deportados; milhões de mulheres, crianças e idosos que fogem das suas casas com medo do derramamento de sangue, enfrentando os elementos com nada mais do que os seus animais de estimação, um pouco de água e pão, tudo por uma oportunidade de refúgio nos braços do desconhecido; as estradas para a segurança com veículos incinerados e corpos carbonizados para além do reconhecimento; as brasas moribundas da identidade e das memórias sufocadas nos campos de reeducação; a agonia frenética de olhos à procura de entes queridos no meio de filas de sacos de cadáveres; a sensação de espanto provocada por imagens de unhas lacadas em dedos sem vida, manchados de lama e imagens de decapitações, castrações, execuções extrajudiciais, crianças gaseadas e desmembradas por bombas de fragmentação, cadáveres nus e reféns ensanguentados a desfilar pelas ruas, animais e seres humanos afogados numa inundação artificial e outros actos bárbaros perpetrados em nome da aceitabilidade, da respeitabilidade, da vingança, da guerra e do terror.

Estas descrições recordam uma outra época, a primeira metade do século XX, que assistiu a duas guerras mundiais e a duas das catástrofes mais impensáveis da história da humanidade: o Genocídio Arménio e o Holocausto. Como parecem incompatíveis com um mundo empenhado na salvaguarda da dignidade humana! Com um mundo que tinha adotado a Convenção sobre o Genocídio (1948) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e que tinha começado o novo milénio com o refrão "Nunca mais": "uma oração, uma promessa, [e] um voto" de que nunca mais haveria ódio, "nem o sofrimento de pessoas inocentes, nem o fuzilamento de crianças famintas, assustadas e aterrorizadas. E nunca mais a glorificação da violência baixa, feia e negra", como disse o sobrevivente do Holocausto e Prémio Nobel da Paz, Elie Wiesel.

No entanto, estas cenas de horror são dolorosamente frescas, tendo todas ocorrido na última década do século XXI, algumas mesmo nas últimas semanas. Recordações amargas da fragilidade humana e da sua capacidade de crueldade, evocam um profundo sentimento de tristeza que só é atenuado pela esperança persistente de que o "nunca mais" não seja apenas um sonho impossível num mundo que normalizou a violência. Apesar da ilusória trégua do período imediatamente a seguir à Guerra Fria, é cada vez mais evidente que alguns regimes e organizações consideram a violação, a tortura e outros crimes contra civis como estratégias viáveis para atingir os seus objetivos políticos. Pior ainda, a maioria destes crimes fica impune. Em consequência, muitos cidadãos comuns acabaram por acreditar que estas violações grosseiras dos direitos humanos – deploráveis como são – são, em última análise, inevitáveis e até uma parte normal do conflito e da geopolítica. Isto não podia estar mais longe da verdade. Estas tácticas são armas de guerra e de terror.

Infelizmente, apesar da nossa capacidade de empatia, demasiadas pessoas limitam o seu sentido de responsabilidade a um "universo de obrigações", definido pela socióloga Helen Fein como "um círculo de pessoas ligadas por obrigações mútuas de se protegerem umas às outras". Este problema é exacerbado pela desinformação e por tensões profundas sobre a "identidade": uma perceção de pertença baseada em diferenças reais ou imaginárias relacionadas com a cultura, a política, a classe, a religião, a língua ou a raça. É por isso que o genocídio – uma forma extrema de violência baseada na identidade – é um fenómeno profundamente emocional.

Entorpecidas pela desvinculação moral, pelos preconceitos de grupo, pela competição pelos recursos e pela polarização, as pessoas privilegiam cada vez mais o particularismo em detrimento do universalismo. Ao fazê-lo, negam a multiplicidade das suas próprias identidades, apoiam as ambições do "grupo a que pertencem" e consideram os representantes de "grupos exteriores" – mesmo civis

inocentes – como alvos merecedores de violência retributiva. É assim que as pessoas comuns se tornam testemunhas da violência em massa ou, pior ainda, participantes dela.

Como investigadora do genocídio centrada no socorro, penso que devemos, tanto para a memória daqueles que sacrificaram as suas vidas pela possibilidade do "nunca mais" como para o futuro da humanidade, redobrar os nossos esforços para promover a compaixão e combater o bode expiatório, a desumanização e outros precursores dos crimes contra a humanidade. Isto deve ser feito não só através da investigação científica e do envolvimento com organizações humanitárias, mas também através da democratização do conhecimento sobre o genocídio em todos os meios de comunicação social, com debates aprofundados mas acessíveis sobre conceitos-chave a nível das bases, e iniciativas de responsabilidade social que visem a educação, o desanuviamento, a reconciliação e o pluralismo. Como diz o ditado, temos de falar pelos outros, porque se não o fizermos, não restará ninguém para falar por nós.